



**CARTA DO
AUDIOVISUAL
NEGRO ÀS
CANDIDATURAS
ANTIRRACISTAS**

Brasília, 23 de agosto de 2022



Brasília, 23 de agosto de 2022.

Esta carta, organizada e redigida pela **Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (APAN)**, destina-se às candidaturas que se colocam em 2022 para concorrerem a posições no Legislativo e Executivo, em níveis federal e estadual. Apresentamos aqui demandas do setor audiovisual, num recorte a partir das especificidades do audiovisual negro e numa perspectiva inclusiva que considera a interseccionalidade raça, gênero, orientação sexual e regionalidades. Ressaltamos a urgência na retomada de ações que visem à justiça social e promovam a equidade no setor para o combate ao racismo e às iniquidades que incidem sobremaneira na cadeia produtiva do audiovisual e no que é visto nas telas pela população em geral. Consideramos a urgência na reconfiguração do imaginário brasileiro e na própria ideia de nação em sua pluralidade para o efetivo combate às desigualdades estruturantes do país.

Concentramos os nossos esforços na presença e na permanência das pessoas negras no mercado audiovisual e no imaginário nacional. Reivindicamos o direito ao trabalho digno e a uma remuneração adequada e justa; o estímulo ao empreendedorismo negro; o fomento à produção e circulação de obras e conteúdos que contribuam para a instituição e fortalecimento de regimes de visibilidade propositivos e que rompam com a lógica subalternizante da hierarquia racial que ainda predomina nas telas brasileiras. Para além de ser parte importante da Indústria Criativa, o audiovisual negro é território de articulação, de memória, de fabulações e de projetos de futuro – constituindo-se como lugar de pensamento e sendo, portanto, parte fundamental da cultura de um país de maioria não-branca como o Brasil.

Nesse sentido, a Carta do Audiovisual Negro às Candidaturas Antirracistas é estruturada em tópicos atravessados pelos seguintes vetores: Mercado, Marcos Regulatórios e Acesso à Cultura. Os apontamentos são fruto do trabalho de um grupo composto por integrantes da diretoria e do conselho da **APAN**, com contribuição de associadas de todas as cinco regiões do país.

A **APAN** é uma instituição de fomento, valorização e divulgação de realizações audiovisuais protagonizadas por pessoas negras. Assim, impulsionando a integração e promoção desses profissionais. São pilares estruturantes de formação, constituição e política da **APAN**, a valorização da negritude e a defesa dos interesses em uma perspectiva inclusiva, com atenção ao recorte racial em relação a todos os elos da cadeia produtiva audiovisual, sendo eles a concepção, produção, distribuição e exibição. Dessa forma, a instituição representa esses interesses perante órgãos públicos, fundações, instituições, ONGs e empresas privadas no Brasil e no mundo.

Atualmente, a **APAN** consolida iniciativas voltadas a diferentes temáticas, mas que agregam particularidades essenciais para a ampliação de oportunidades e representação negra. Em vista disso, foram implementadas e estão em funcionamento três plataformas de ação: a **Todesplay**, um serviço de streaming com conteúdo exclusivo de produções negras e indígenas nas suas pluralidades; a **APAN EaD**, dedicada a processos formativos de promoção de profissionais negres; e a **Raio Agency - Rede Audiovisual de Inclusão Orquestrada** – dedicada à construção de metodologias de trabalho que afirmem a equidade de gênero e raça e a representatividade por meio da conexão entre profissionais e empresas do setor.

Nos últimos dois anos, por meio de Laboratórios de Desenvolvimento, bolsas de estudos e apoio à participação em eventos internacionais, a Associação impactou mais de 2.000



pessoas. Durante a fase aguda da pandemia de covid-19 e frente a uma absoluta ausência do poder público naquele momento, a **APAN** promoveu uma ação emergencial para auxiliar profissionais negres afetados economicamente: o **Fundo de Amparo a Profissionais do Audiovisual Negro (FAPAN)** que beneficiou diretamente cerca de 1.300 pessoas.

As ações supracitadas nasceram com o compromisso de dar uma resposta ao crescente contexto de conservadorismo vivenciado no país, em que ideia de justiça está em intensa disputa. O país se firma em permanentes ausências - de políticas públicas, de direitos, de alimentação decente, de moradia, de dignidade no mercado de trabalho, de acesso à saúde e à educação de qualidade. Ausências que representam uma negação ao direito à vida e à humanidade. É, também, nessa realidade que a **APAN** pretende incidir com o trabalho cotidiano e, neste momento, com esta Carta.

Justificativa

A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas [...] ela negligencia partes muito importantes e deforma muito a história do negro, focando basicamente na escravidão e deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil.

Maria Beatriz Nascimento

Os tópicos apontados nesta carta foram desenvolvidos a partir da experiência de atuação da **APAN** e tomam como referência contribuições históricas dos movimentos negros e as diretrizes de políticas públicas, de nível federal, já elaboradas e que foram amplamente discutidas com a população na década passada. Consideramos aqui proposições de documentos como a Carta da Marcha das Mulheres Negras, de 2015 e Carta Proposta da Coalizão Negra por Direitos, entre outros. Realizamos uma leitura crítica, reconhecendo avanços e apontando retomadas e reformulações do que foi desenvolvido, em nível federal, nas gestões de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff como: o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei 11.437/2006, que criou o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA); a Lei nº 12.343/2010 que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC); além de ações já implementadas em níveis estaduais e municipais que tiveram comprovada efetividade. Essas diretrizes e ações foram seriamente comprometidas nas gestões dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, que empreenderam um progressivo desmonte no setor.

Também levamos em conta os contextos, aparentemente contraditórios de, por um lado, um recente aumento da participação negra no setor audiovisual na última década e meia – fruto de lutas históricas e da implementação de políticas públicas afirmativas – e, por outro lado, uma crise econômica que agravou a desigualdade num país em que pessoas negras são maioria no segmento populacional de menor renda.

Testemunhamos, nos últimos 10 anos, uma inédita ascensão de um conjunto heterogêneo de pessoas negras no audiovisual, com um aumento na realização cinematográfica e produção de conteúdo para diversas plataformas e, também, na área acadêmica, da crítica e na criação de um circuito descentralizado de exibição e formação de público. Um levantamento do Seminário Negritude Infinita do Estado do Ceará aponta que até o 1º semestre de 2022 havia 25 festivais, 8 cineclubes e 2 plataformas de streaming dedicados exclusivamente aos cinemas negros, a maioria no Sudeste e no Nordeste.



Não por coincidência, também nos últimos 10 anos, pudemos observar resultados positivos das políticas públicas de ação afirmativa na Educação e na Cultura, frutos de históricas elaborações e pressões dos movimentos negros e implementadas em nível federal. As políticas de expansão e democratização do ensino superior, aliadas às cotas raciais (negras e indígenas) e sociais, possibilitaram um aumento significativo do acesso à graduação. Segundo o IBGE, em 2018 a quantidade de pessoas pretas, pardas e indígenas ultrapassou, pela primeira vez, o número de pessoas brancas nas universidades públicas. Ao mesmo tempo, houve um crescimento na oferta de cursos de cinema e áreas correlatas no país; de acordo com o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine), a quantidade cresceu de 87, em 2016, para 184 em oferta regular em 2019 – um número expressivo mas ainda com imensa desigualdade regional.

No campo da Cultura, vimos surgir iniciativas que estimularam a maior presença de pessoas negras por meio, por exemplo, de editais afirmativos e ações de descentralização. Compreendemos que esse fenômeno não é exclusivamente fruto da presença no ensino superior ou do acesso direto às políticas públicas. Entretanto, é inegável que esse contexto provocado por ações articuladas pelo poder público criaram um horizonte de possibilidade para o desejo e a percepção de pertencimento de pessoas historicamente excluídas ou precarizadas nessa cadeia produtiva.

Avanços e lacunas

A regulamentação da Lei 12.485, de 12 de setembro de 2011, a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), também conhecida como Lei da TV Paga, contribui para um processo de formalização das empresas produtoras nas distintas regiões do país. Essa legislação estabeleceu cotas de conteúdos nacionais para canais brasileiros e estrangeiros e contribui para o interesse e possibilidade de inserção e profissionalização na produção para TV. O mesmo dispositivo legal determinou o recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) às empresas de telefonia (Art. 26), com a destinação de 30% desses recursos para investimentos em produções das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e 10% para o campo público de televisão (Art. 27).

A política de atenção ao debate regional teve um forte impacto na cadeia audiovisual, com a descentralização da produção. Relatórios da Ancine apontam que, de 2012 a 2017, o número de produtoras independentes cadastradas na agência cresceu de 448 para 4.353. O dado das produtoras cadastradas é importante por ser requisito para acessar os recursos do Fundo Setorial Audiovisual. Outro dado importante levantado no Observatório do Cinema e Audiovisual é o número de registros de Certificado de Produto Brasileiro (CPB), também uma determinação da agência reguladora de todas as produções audiovisuais não publicitárias comercializadas no mercado. De 2012 a 2016, foram emitidos 8.290 CPBs; destes, no ano de 2016, foram 2.246, representando quase 30% da produção em 4 anos. Porém, onde estão os profissionais negres nesses dados?

Os dados oficiais mais recentes relacionados a gênero e raça são de 2016 e apontam menos de 3% de diretores negres à frente de longas-metragens registradas na ANCINE – e nenhuma mulher negra. Não há levantamentos oficiais, de abrangência nacional, sobre curtas-metragens. Um dado relevante foi produzido pela Mostra de Cinema de Tiradentes, dedicada ao Cinema Brasileiro e que entre 2019 e 2021 recebeu 613 curtas-metragens dirigidos por pessoas autodeclaradas negras; apesar do número expressivo, a quantidade não chega a 40% do total de inscrições.



A atenção mais detida dada à produção negra resultou de 2012 a 2016, nos editais da Secretaria do Audiovisual Curta-afirmativo: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, em vigor entre 2012 e 2014 e que contemplou 41 projetos entre 678 inscritos; e o Longa BO Afirmativo, lançado em 2016 com 3 aprovados entre 28 projetos inscritos. Dois editais, lançados no intervalo de 2 anos e que representam, do ponto de vista da política pública, a verbas menos expressivas para o setor.

Reconhecemos os recentes avanços nas discussões das Leis Emergenciais de 2020 a 2022 - Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020) e Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195 de 08/07/2022) na geração de renda e nos impactos positivos na cadeia produtiva do Audiovisual, em particular, e na movimentação da economia como um todo. Reforçamos a necessidade de se intensificar a atenção à destinação das verbas, garantindo a equidade racial e de gênero na sua distribuição, com observância de editais afirmativos, levantamento de dados e fiscalização eficazes. A produção de dados sobre raça, gênero e regionalidades, nesses processos, é fundamental para avaliação e consolidação de políticas públicas verdadeiramente comprometidas com a eliminação das iniquidades.

Ações Afirmativas, interseccionalidade e equidade

Consideramos a necessidade de garantir não só a presença, mas também a viabilidade econômica e a permanência negra no audiovisual por meio do fortalecimento de ações que garantam a justiça social, combatendo o racismo e as desigualdades estruturais no país e que, infelizmente, seguem constitutivas do setor. Nesse contexto, ressaltamos a corresponsabilização do Estado e setor privado no compromisso com a equidade e o papel decisivo do poder público no estabelecimento das diretrizes de ação para o combate ao racismo.

As políticas públicas no campo da Educação, sobretudo no início deste século, são um referente para o debate e reflexão de ações afirmativas comprometidas com a transformação social. Porém, esses avanços precisam ser articulados com outras estruturas políticas de compromisso com a equidade no país e levando em conta, por exemplo, o Índice de Equilíbrio Racial (IER), considerando a distribuição racial de grupos específicos e suas composições locais, em suas especificidades e pluralidades .

O acesso à cultura é um eixo fundamental a ser debatido. Segundo o Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro, produzido pela ANCINE e pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) a partir dos dados do IBGE de 2019, 44% da população negra do país vive em cidades sem salas de cinema, contra 34% da população branca. No Sul e Sudeste, onde a maioria da população é branca, há maior concentração de bens culturais: 75,6% e 51,2%, respectivamente. Segundo o anuário de 2020, no Sudeste há 1.846 salas de cinema; no Sul, são 554. No Norte, esse número é 235, no Centro-Oeste 286 e no Nordeste, 586.

Compreendemos, portanto, que, apesar de um cenário de alguns avanços, há muitas melhorias que precisam ser implementadas urgentemente e com seriedade, sob pena de perdermos nossas recentes conquistas. Ainda há muito o que fazer.

A política de Fomento do Fundo Setorial Audiovisual, apesar de ter apontado para uma democratização e transformação territorial, não cumpriu seu papel plenamente, deixando de contemplar de modo eficaz as questões de raça e gênero. A sua implementação pouco considerou, por exemplo, a necessidade de intensificar as ações afirmativas para que a produção de pessoas negras pudesse ser efetivamente estimulada e difundida. Os pres-



supostos coloniais e patriarcais que regem a racionalidade e o imaginário coletivo, num país como o Brasil, tendem a direcionar essas ações numa perspectiva homogeneizante. É fundamental que a elaboração de políticas públicas se atente para a complexidade e as especificidades de um público tão heterogêneo como a população negra brasileira.

Trazemos, assim, apontamentos a partir da compreensão dos impactos sociais da elaboração e implementação dessas políticas públicas – sobretudo considerando o fomento e no que ele implica em elaboração orçamentária nas instâncias governamentais –, considerando as especificidades de questões de gênero, raça, regionalidade e outras variáveis com o objetivo de reverter um fluxo que historicamente reforça a concentração de renda no setor, e na sociedade como um todo, em uma única identidade: branca-masculina-cis-gênera e sudestina.

Esses apontamentos fundamentam-se, ainda, na afirmação de que a Cultura é parte fundamental do que dá sentido às nossas existências e contribui, dessa maneira, para a construção de um mundo com novos códigos sociopolíticos que reconheçam as diferenças, sem hierarquizá-las. Compreendemos que o caminho para essa utopia – assim como apontado pela proposição do Bem Viver, na Carta da Marcha das Mulheres Negras e em outras proposições a partir das perspectivas do Sul Global – não prescinde de ações de reparação histórica.

Reafirmamos, então, a necessidade da retomada e do fortalecimento das ações afirmativas, considerando não só as especificidades das populações negras no geral, mas, especialmente, os índices de equilíbrio racial nas suas particularidades regionais e os entrelaçamentos das dimensões de raça, gênero, orientação sexual, entre outros. Nosso compromisso, enquanto uma entidade que se reconhece como movimento negro, é o de apontar e contribuir para que as políticas públicas afirmativas sejam desenvolvidas e implementadas sem uma regra de medição nacional homogeneizante para um país tão vasto e diverso como o Brasil.

Seguem, portanto, as ações diretamente relacionadas ao poder público que consideramos relevantes para essa almejada transformação social:

Regulamentação

- Implementar e intensificar ações de regulação no setor, no sentido de ampliar a produção e a participação de profissionais e conteúdos negros e indígenas em todos os setores do audiovisual;
- Regular a atuação das plataformas de streaming com a participação de entidades da sociedade civil, garantindo que agentes do mercado se comprometam com a promoção da justiça social no setor, em medidas como a reserva de tela para produções negras e indígenas e a garantia de aquisição de conteúdo de empresas vocacionadas e de distintas regiões do país, assegurando a dinamização do setor e garantindo a manutenção dos direitos patrimoniais em empresas brasileiras;
- Construir marco regulatório sobre o faturamento anual das plataformas no país e implementar diretrizes políticas que convoquem e responsabilizem os players para o compromisso com a construção de práticas de trabalho com equidade, respeitando as cadeias produtivas locais e as cotas de gênero e raça na composição de suas equipes;
- Consolidar a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) como um contraponto à mídia hegemônica brasileira, garantindo a representação negra e indígena no conteúdo



audiovisual e jornalístico na composição das equipes e em posições de liderança e tomada de decisão;

- Priorizar, na EBC e em outras plataformas públicas, o estabelecimento de cotas raciais (negra e indígena) e de gênero para licenciamento, pré-licenciamento e coprodução;
- Retomar a aproximação da EBC com entidades do setor e do mercado, em países africanos e da diáspora afro-atlântica, com ênfase para a América Latina e o Caribe;
- Retomar as discussões e projetos de Lei que visam a garantir a equidade de raça e gênero na publicidade audiovisual, tanto nos conteúdos quanto nas composições das equipes de criação e trabalho;
- Retomar as atividades do Conselho Superior do Cinema com a devida revisão do Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual, com a participação das entidades da sociedade em grupos de trabalho responsáveis pela redação do documento. Essa revisão possibilitará o restabelecimento, em nível institucional, das discussões latentes ao setor, com foco na implementação efetiva de ações afirmativas transversais à cadeia produtiva do audiovisual;
- Criar diretrizes de contratação de profissionais e estímulo às cadeias produtivas regionais, evitando a subcontratação por empresas dos grandes centros em locais fora dos eixos sudestinos.

Diminuição das iniquidades em setores da gestão pública

- Intensificar a ação de conselhos municipais, estaduais e federais de cultura, efetivando a paridade de gênero e de raça em suas composições;
- Estabelecer cotas de participação de empresas vocacionadas em editais e licitações para prestação de serviços de produção de conteúdo audiovisuais a órgãos públicos;
- Tornar obrigatória a produção de dados e compartilhamento públicos anuais das informações sobre raça, gênero, orientação sexual e outros indicadores sociais que apontem um quantitativo acerca das pessoas beneficiadas pelas políticas públicas no audiovisual, sobretudo relacionadas ao fomento e em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Cultura;
- Estabelecer metas de alcance e inclusão para políticas públicas que adotem instrumentos de ações afirmativas para diminuição das desigualdades raciais e de gênero no acesso à cultura e, em especial, à produção audiovisual brasileira;
- Promover ações de capacitação e apoio para qualificar agentes culturais do audiovisual em regiões periféricas, subúrbios e bolsões com índice de IDH baixo, atentando-se para as especificidades locais;
- Ampliar a participação de pessoas negras do audiovisual como representantes da sociedade civil em comissões parlamentares dedicadas à Cultura;
- Tornar obrigatória a paridade de gênero e raça nas comissões e grupos de trabalho para implementação de políticas públicas para o audiovisual, do desenvolvimento à etapa de avaliação.

Trabalho e empreendedorismo



- Promover o direito ao trabalho e à remuneração digna, com o estabelecimento de diretrizes específicas focadas no aumento da contratação de profissionais negres e indígenas, com garantia de paridade salarial, nas produções contempladas com fundos e outras formas de incentivo estatal;
- Implementar ações específicas para empresas vocacionadas, como formações direcionadas a empreendedores do audiovisual negro, ampliação e facilitação do acesso a financiamento em bancos públicos, linhas e editais de fomento específicos;
- Criar linhas de fomento que contemplem eventos de mercado focados na promoção de empresas e conteúdos vocacionados e em conexão com o Sul Global, em especial com países da África Subsaariana, da América Latina e Caribe.

Regionalização e ações territoriais contra-hegemônicas

- Fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, aplicando ações afirmativas em caráter regional;
- Retomar e revigorar os Pontos de Cultura, estimulando ações formativas e de promoção e difusão do audiovisual negro e indígena;
- Desenvolver ou ampliar as ações de fomento ao audiovisual em suas diferentes instâncias (produção, pesquisa, exibição, distribuição, etc.) direcionadas às comunidades e povos tradicionais;
- Retomar e fortalecer as caravanas regionais para atendimento presencial para difusão de informações e processos formativos relacionados à participação, em editais e outras ações de incentivo e fomento nas localidades em que não haja estrutura descentralizada de secretarias de Cultura e/ou órgãos correlatos, atentando-se para regiões de grande presença de população negra e indígena;
- Elaborar programas de formação modulares e acessíveis que contemplem a interpretação de editais, a elaboração de projetos e as prestações de contas.

Acesso aos bens culturais e à difusão das obras

- Ampliar as ações de fomento e acesso a bens culturais compreendendo as relações territoriais aplicadas nas ações afirmativas, bem como o estímulo das secretarias de cultura e órgãos correlatos em níveis municipal e estadual previstos no Plano Nacional de Cultura;
- Estabelecer porcentagem proporcional à composição da população brasileira para obras de realizadores negres e indígenas nas cotas de tela para salas de cinema, canais de TV, plataformas de streaming, entre outras;
- Reconhecer, estimular e investir em formas diversas de acesso aos conteúdos como, por exemplo, ações cineclubistas, circuitos alternativos, comunitários e outras formas de difusão presenciais ou híbridas em níveis locais, contemplando territórios fora dos grandes centros;
- Construir mecanismos de investimento na estrutura de difusão das obras audiovisuais nacionais atentas às desigualdades de acesso às tecnologias de exibição existentes na realidade do país;
- Construir instrumentos políticos assertivos de enfrentamento à desigualdade de



acesso aos equipamentos culturais do país com atenção à realidade das regiões Norte e Nordeste.

- Direito à memória
- Retomar e intensificar linhas de fomento específicas para ampliação, preservação e difusão de acervos cinematográficos, prioritariamente públicos, com estímulo à pesquisa, aquisição e acesso a produções negras e indígenas;
- Conectar, de maneira mais intensa, as áreas de preservação e educação, com foco numa atuação antirracista;
- Reconhecer e dar suporte financeiro às ações e espaços de preservação da memória audiovisual negra.

Cultura e Educação

- Desenvolver e ampliar as ações conjuntas entre setores governamentais ligados à Educação e à Cultura em níveis municipal, estadual e federal, por meio de estímulo/fomento do Estado e em conformidade com o que está previsto no artigo VII do Plano Nacional de Cultura e com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que determinam o ensino das histórias e culturas indígena, africana e afro-brasileira.
- Estimular a utilização do audiovisual como ferramenta na Política Nacional de Educação Ambiental e fazer valer o cumprimento da Lei 9.795/1999 que institui a Educação Ambiental como parte integrante da educação no território brasileiro numa atuação de combate ao racismo ambiental;
- Intensificar as atividades atreladas aos currículos que incorporem sistematicamente a produção audiovisual negra e indígena e que resguardem a paridade de gênero e a diversidade regional no volume total de obras e mantenham uma perspectiva interseccional que considere a diversidade de um modo geral, combatendo o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e o capacitismo;
- Implementar um programa contínuo de formação de agentes culturais e educativos para qualificar a discussão em torno das obras audiovisuais realizadas por pessoas negras e indígenas em toda sua pluralidade e distintas cosmovisões;
- Ampliar as ações de contra-turno internas aos ambientes escolares e/ou abertas à comunidade, conduzidas e orientadas por agentes educacionais e culturais qualificados, que promovam exibição e discussão de filmes – ficcionais, documentais e experimentais em longa, média e curta-metragem – e outras obras audiovisuais realizadas por pessoas negras e indígenas;
- Criar programas de licenciamento de filmes e outras obras audiovisuais brasileiras com garantia de paridade de gênero e raça no volume total de obras adquiridas para serem exibidas nos contextos educacionais (presenciais e online);
- Criar linhas de fomento específicas para estímulo à formação e à produção audiovisual em ambientes educativos;
- Produzir registros e informações referentes aos públicos atendidos por essas ações, no sentido de alimentar uma plataforma nacional de monitoramento e avaliação e que incorpore dados referentes à faixa etária, região, raça e identidade de gênero.



Esta carta é um documento vivo, construído como uma convocação às candidaturas, organizações e lideranças políticas atuantes no Brasil para uma efetiva mudança rumo à eliminação do racismo e das iniquidades constitutivas do país. O nosso interesse está no diálogo com representações que se responsabilizem no combate ao racismo, se comprometam com a construção de práticas de trabalho assentadas na equidade e que entendam a diversidade como processo de construção cotidiana.

Nós, da **APAN**, nos reconhecemos como movimento negro com ação focada no audiovisual brasileiro. Nossa ação está no reconhecimento e uso das ferramentas e do fazer político dos que possibilitaram o caminho que nos trouxe até aqui: irmandades, quilombos e todas as formas civilizatórias e de organização da vida negra. É nessa ação política ancestral e futurista que encontramos formas de tensionar estruturas, afirmar nossas histórias, refazendo, reconstruindo e também demolindo a perspectiva de uma história nacional hegemônica. Não pleiteamos a reconstrução de uma ideia de nacionalidade e de um projeto de país que, assentados nas premissas coloniais, racistas e patriarcais, já se mostram colapsados. Trabalhamos alimentados pela utopia de um país verdadeiramente plural, em que todas as pessoas, em sua diversidade, possam viver – e se ver – com dignidade e pleno reconhecimento de sua humanidade.

APAN - Associação de Profissionais do Audiovisual Negro

Brasília, 23 de agosto de 2022.